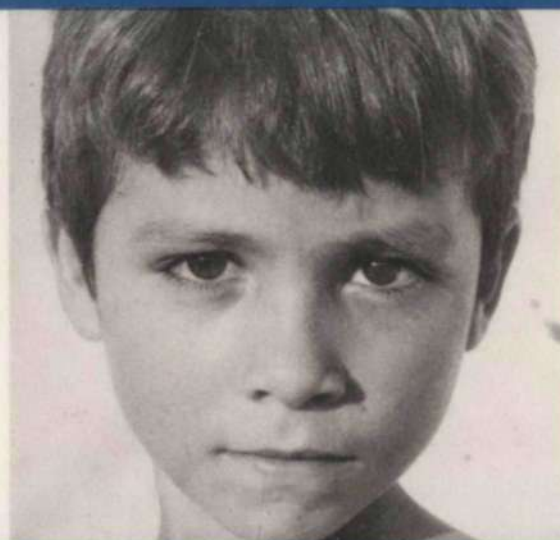


CIBEC/INEP



B0030635

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO



DOCUMENTÁRIO volume II

DOCUMENTOS DAS
UNIDADES FEDERADAS

.2
6e

AMENTO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL
Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento

MEC

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
João Figueiredo
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Esther de Figueiredo Ferraz

MEC/SG/Seplan

Realizado em Brasília, de 27 de setembro a
1? de outubro de 1982.

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

VOLUME II

**RESUMO DOS DOCUMENTOS-SINTESE PREPARADOS PELAS
UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

Brasília, 30 de dezembro de 1982.

Ministério da Educação e Cultura
Secretaria-Geral
Secretaria de Planejamento

SECRETÁRIO-GERAL
SÉRGIO MÁRIO PASQUALI

SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO E ESTUDOS DE PLANEJAMENTO
CLÁUDIO CORDEIRO NEIVA

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMARIO

	PÁG.
Apresentação.05
Introdução.07
PARTE 1 — Administração.09
1.1— Desburocratização de procedimentos e descentralização das relações entre o MEC e as Unidades da Federação e entre estas e os Municípios.09
1.2— Participação das bases na criação, condução, controle e avaliação de programas.11
1.3— Estudos e pesquisas de embasamento relativos aos problemas prioritários do setor.12
1.4— Estruturação de Sistemas de informação e de produção de indicadores confiáveis para o planejamento administrativo e para a avaliação social do processo decisório praticado a nível dos poderes públicos.13
1.5— Evolução dos esquemas de captação de recursos e as suas conseqüências na ampliação das oportunidades de acesso da população aos bens e serviços educacionais, culturais e desportivos.13
1.6— Adoção do Convênio Anual como instrumento de programação de transferências de recursos do MEC para as Unidades da Federação.14
PARTE 2 - Educação Básica.16
2.1 — Educação no meio rural.17
2.2— Ampliação e melhoria da oferta de oportunidades educacionais no meio urbano.18
2.2.1 — Educação pré-escolar.19
2.2.2 - Ensino de 1º grau.19
2.2.3 - Ensino de 2º grau.	21
2.2.4 - Ensino supletivo.	22
2.2.5 - Ensino especial.	22
2.3— Valorização de recursos humanos.	23
2.4— Utilização de tecnologias aplicadas à educação básica.	24
2.5— Oferecimento de oportunidades de educação para todos.	25
2.6— Articulação entre a escola e a comunidade.	25

2.7—	Novas estratégias propostas.	26
PARTE 3 - Cultura.		28
3.1—	Promoção do desenvolvimento cultural.	28
3.2—	Preservação do patrimônio histórico, artístico e ecológico.	30
3.3—	Integração da cultura no contexto da educação básica.	31
3.4—	Valorização de recursos humanos que atuam na área cultural.	32
3.5—	Utilização de tecnologias aplicadas à cultura.	33
3.6—	Dimensionamento dos espaços culturais e sua utilização.	33
3.7—	Novas estratégias propostas.	33
PARTE 4 - Desporto.		35
4.1—	Lazer e desporto popular.	35
4.2—	Aperfeiçoamento do desporto de alto nível.	36
4.3—	Integração da educação física e do desporto na educação básica.	36
4.4—	Valorização de recursos humanos que atuam na área da educação física e do desporto.	37
4.5—	Utilização de tecnologias aplicadas à educação física e ao desporto.	38
4.6—	Distribuição e utilização de espaços para a prática da educação física e do desporto.	38
4.7—	Novas estratégias propostas.	39
PARTE 5 — Ensino superior.		41
5.1—	Atuação da universidade no desenvolvimento social.	41
5.2—	Participação no crescimento económico em termos tecnológicos.	43
5.3—	Integração da universidade no contexto da educação básica através da pesquisa, assistência técnica e formação de pessoal.	46
5.4—	Valorização de recursos humanos que atuam na área da educação superior.	48
5.5—	Utilização de tecnologias aplicadas a educação superior.	48
5.6—	Articulação da universidade federal com as Secretarias estaduais e municipais de Educação, Cultura e Desporto.	48
5.7—	Novas estratégias propostas.	49
Anexo (Siglas Usadas).		51

APRESENTAÇÃO

A elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto foi precedida de ampla consulta e envolvimento de órgãos federais, estaduais e regionais que atuam na área da educação, da cultura e do desporto.

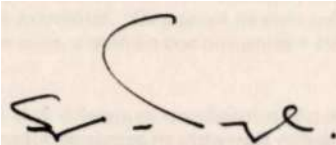
O levantamento da situação em cada Unidade da Federação propiciou a configuração de um quadro de necessidades sobre o qual foram estabelecidas, em conjunto, as prioridades e estratégias de atuação.

Ao atingir o meio caminho na execução do Plano, tornava-se imprescindível rever o **que** tinha sido feito e quanto ainda precisava ser realizado à luz dos resultados obtidos através dos programas regionais e estaduais. Justificava-se assim a promoção do Encontro Nacional de Dirigentes de Educação, Cultura e Desporto, efetivado em setembro de 1982.

Durante o Encontro Nacional, os dirigentes e técnicos das Unidades Federadas procederam a uma ampla análise crítica a partir do conhecimento global da situação atual em cada área ou setor de atividade, conhecimento esse registrado num documento-síntese que cada U.F. trouxe para o referido Evento.

A leitura desses documentos foi solicitada ao INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; o resumo elaborado tem como objetivo mostrar o panorama global geral da situação, como relatado em cada documento-síntese (sobre as áreas de Administração, Educação Básica, Cultura, Desporto e Educação Superior) e tal como visto pelos técnicos e dirigentes dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

É esse panorama que ora apresentamos no Volume II do Documentário do Encontro Nacional de 1982.



SÉRGIO PASQUALI
Secretário-Geral

INTRODUÇÃO

O Encontro Nacional de Dirigentes de Educação, Cultura e Desporto realizado, em Brasília, de 27 de setembro a 1º de outubro de 1982, teve como **tema: "O Desafio da Educação Básica"**. Como **objetivo geral**, buscou proceder a um exame da realidade atual da educação, da cultura e do desporto em termos de seus grandes desafios, tendências e perspectivas, enfatizando sua contribuição para a solução da problemática da educação básica.

Dentro desta perspectiva global foram perseguidos três **objetivos específicos**:

- registrar as ações desenvolvidas pelas Unidades da Federação em função das prioridades definidas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - PSECD;
- analisar em que medida as ações executadas contribuíram para modificar o quadro das necessidades que deu origem às prioridades estabelecidas no III PSECD;e
- rever ou propor estratégias de ação que possam conduzir à satisfação de necessidades educacionais, culturais e desportivas ainda não atendidas.

Em outras palavras, procurou-se elaborar uma análise crítica e chegar a um conhecimento global da situação existente em cada área ou setor de atividade relativos á educação básica. Pretendeu-se, também, identificar as ações necessárias para superar os problemas constatados. Desta maneira, visou-se fornecer sugestões para a programação das Unidades da Federação, em 1983, e acolher subsídios a serem utilizados nas diretrizes do planejamento do MEC para 1984.

Além de quatro painéis sobre tópicos específicos, o Encontro foi organizado com base em cinco grupos de trabalho, correspondendo cada grupo a uma das seguintes áreas:

- Administração
- Educação Básica
- Cultura
- Desporto
- Educação Superior

Na preparação deste Encontro, cada Unidade da Federação elaborou um documento-síntese contendo informações relacionadas com estes cinco tópicos, tendo em vista os objetivos geral e específicos do conclave. Este documento não pretendia ser um novo diagnóstico. Devia espelhar a situação educacional, cultural e desportiva da Unidade da Federação, suas relações com o MEC, bem como as opções e alternativas existentes. Os pontos de vista nele propostos deviam refletir de maneira sintética, objetiva e clara, a opinião dos dirigentes e técnicos da Unidade da Federação.

A seguir, apresentamos um resumo consolidado dos diferentes documentos-síntese elaborados. Em cada uma de suas partes foram concatenados os pontos de vista mais relevantes, expressos por cada estado e território, e pelo Distrito Federal, com respeito a cada uma das áreas que compuseram o programa do Encontro.

Dentro desta parte, os documentos-síntese abordam um dos instrumentos considerados essenciais para a concretização das linhas prioritárias do III PSECD: a questão do planejamento e da modernização técnico-administrativa. Seis tópicos, ou melhor, seis medidas foram propostas visando dinamizar este tipo de instrumento:

- desburocratização de procedimentos e descentralização das relações entre o MEC e as Unidades da Federação e entre estas e os municípios;
- participação das bases na criação, condução, controle e avaliação de programas;
- estudos e pesquisas de embasamento relativos a problemas prioritários do setor;
- estruturação de sistemas de informação e de produção de indicadores confiáveis para o planejamento administrativo e para a avaliação social do processo decisório praticado a nível dos poderes públicos;
- evolução dos esquemas de captação e alocação de recursos e as suas conseqüências na ampliação das oportunidades de acesso da população aos bens e serviços educacionais, culturais e desportivos; e
- adoção do Convênio Anual como instrumento de programação de transferências de recursos do MEC para as Unidades da Federação.

Com respeito a cada uma destas seis medidas, o documentos-síntese preparado por cada Unidade da Federação procedeu a uma análise em três etapas:

- registrou as ações desenvolvidas;
- analisou criticamente estas ações, procurando identificar em que medida elas contribuíram para a eficácia das referidas medidas; e
- sugeriu as revisões necessárias e as novas linhas de ação consideradas de maior eficácia.

1.1 Desburocratização de procedimentos e descentralização das relações entre o MEC e as Unidades da Federação e entre estas e os municípios:

Em muitas Unidades da Federação procedeu-se a uma reformulação administrativa da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto a fim de torná-la um instrumento mais apto à coordenação do processo de planejamento. Esta reformulação compreendeu as seguintes medidas:

criação de novos departamentos, núcleos de coordenação e mesmo de um setor de modernização administrativa, a fim de favorecer a descentralização das ações administrativas;

criação de Fundações para o desenvolvimento da educação, da cultura e do desporto, visando a descentralização das atividades nestas áreas;

novos regimentos dos Conselhos Estaduais de Educação e das próprias Secretarias de Educação;

criação de uma Secretaria autônoma para a cultura e o desporto; e

criação e/ou reestruturação de órgãos regionais e municipais de educação.

Dentro da filosofia básica de desburocratização e descentralização foram desenvolvidas as seguintes ações:

experiências visando criar uma metodologia de planejamento participativo em comunidades especialmente escolhidas;

racionalização do fluxo de procedimentos administrativos mediante a simplificação dos seguintes processos: exoneração, licença-prêmio, representação por abandono de cargo ou função, licença para tratar de interesses particulares, gratificação adicional, salário-família, férias, rescisão de contrato, remoção, contrato em substituição e aposentadoria voluntária (por exemplo, no estado de Goiás);

elaboração de manuais operacionais objetivando a racionalização das rotinas administrativas, padronização e compatibilização de normas operacionais;

simplificação das relações e dos procedimentos burocráticos, entre o MEC e as Unidades da Federação, com respeito à elaboração dos planos de aplicação de recursos, assessoramento técnico e merenda escolar;

descentralização do Estado para os municípios através da transferência de todo o atendimento escolar da zona rural para a administração dos órgãos municipais, por intermédio do fortalecimento das estruturas locais, das transferências de recursos para a expansão e conservação da rede escolar (exemplo: Pernambuco);

assessoramento à elaboração de planos municipais de educação;

realização de iniciativas descentralizadas, tais como: encontro de representantes das escolas normais, prefeituras e universidades para discutir currículo e formação de professores para escolas unidocentes; jornadas de currículo, reunindo municípios de duas regiões; e seminários para reestruturação dos órgãos municipais de ensino, em todas as regiões;

elaboração de critérios para distribuição dos auxílios financeiros aos municípios;

orientação para elaboração, pelas câmaras municipais, de lei ampla, permitindo às prefeituras que o desejarem, operacionalizar, de forma mais rápida, os contratos* com a Secretaria de Educação;

dinamização do fluxo de comunicação entre os diferentes níveis da administração, através de encontros de diretores de escolas públicas (exemplo: Rio Grande do Sul);

participação no projeto "Racionalização dos Protocolos" supervisionado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, tendo em vista racionalizar e fixar critérios para constituição e eliminação de processos que tramitam nos órgãos públicos estaduais; e

racionalização do processo de coleta e distribuição de correspondência entre os diversos órgãos públicos.

Muitas Unidades da Federação chamam a atenção para as dificuldades e resistências encontradas com respeito ao processo de descentralização. Outras deixam entrever que estas medidas se encontram apenas a nível de intenções. Nos casos em que se chegou a tomar providências concretas tem-se consciência de que estas iniciativas encontram-se ainda em fase incipiente.

1.2 Participação das bases na criação, condução, controle e avaliação de programas:

Constata-se, também, o desenvolvimento de iniciativas visando estimular e implementar a participação das bases. Entre estas, ressaltam-se:

realização de encontros sobre escola-comunidade:

elaboração do plano estadual de educação, com a participação de professores, diretores (inclusive de escolas particulares), pais de alunos, representantes comunitários de todo o Estado, na fase denominada de consulta (Pernambuco);

reformulação do regimento das escolas da rede oficial de ensino a partir da contribuição de todos aqueles que participaram da elaboração do plano, incluindo-se também os alunos;

elaboração de alternativas para redução da distorção idade-série, aproveitando a contribuição de todos os membros da comunidade;

participação de pais, de representantes do corpo docente e discente no Conselho das Caixas Escolares dos estabelecimentos de ensino;

envolvimento da comunidade na elaboração de documentos de avaliação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus;

ciclo de conferência sobre o planejamento, ensejando discussões sobre o papel dos planejadores, com participação de funcionários de todo o sistema de educação;

promoção de reuniões entre técnicos da SEC e de outros órgãos responsáveis por programas que atuam através de ações de comunidades objetivando a integração de recursos para evitar gastos supérfluos e o desenvolvimento de atividades paralelas; e

projeto de planejamento participativo implantado a nível regional, buscando a participação efetiva das lideranças e de representantes dos diversos campos da atividade humana; o desenvolvimento deste trabalho busca o conhecimento da realidade regional nos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais, avaliação desta realidade e indicação de alternativas adequadas para a solução de problemas na área educacional.

O planejamento participativo, de acordo com algumas Unidades da Federação, é um processo difícil de ser avaliado. Alguns resultados podem ser observados: maior sensibilidade do planejador, maior compromisso dos executores e satisfação dos professores ao serem ouvidos e verem suas propostas contempladas.

O processo também é lento e caro. Por mais criativo que seja o modelo com o qual se trabalha, sempre demandará uma soma considerável de recursos. A rapidez das decisões fica

prejudicada. Este processo exige, em sua condução, pessoas amadurecidas, sensíveis aos problemas comunitários e capazes de ajudar a comunidade a conduzir-se.

1.3 Estudos e pesquisas de embasamento relativos aos problemas prioritários do setor:

Algumas pesquisas na área educacional foram mencionadas por várias Unidades da Federação. As mais significativas são:

pesquisas ligadas ao programa de educação para o meio rural, analisando principalmente o acesso à escola, a eficiência do processo educacional e a qualidade do ensino. No contexto deste mesmo programa são desenvolvidos estudos específicos relacionados à eficácia de materiais de ensino conduzidos a nível local, à eficácia do currículo para a zona rural e a esquemas alternativos de distribuição de merenda (caso de Pernambuco);

pesquisa sobre engajamento de egressos do 2º grau no mercado de trabalho. No caso do Acre, a pesquisa se realizou junto as empresas dos diferentes setores da economia, objetivando redirecionar a política do ensino de 2º grau;

caracterização do nível de aquisição de leitura dos alunos de 1º grau da rede estadual;

criação do sistema de incentivo a pesquisadores e educadores que financie pesquisas cujo objetivo se refira diretamente a problemas do ensino no 1º grau;

pesquisa experimental da aceleração da aprendizagem por método recreativo-pedagógico;

pesquisas sobre a inter-relação entre os processos de planejamento educacional e supervisão do ensino;

estudo sobre a valorização da escola, aspirações e expectativas ocupacionais no meio rural;

pesquisa sobre desempenho lingüístico e classes sociais;

estudo sobre problemas da criança carente na escola: os textos didáticos;

pesquisa sobre a professora primária e o insucesso escolar, sobre tudo da criança culturalmente marginalizada;

elaboração do referencial teórico sobre educação nas zonas rurais e periferias urbanas, compreendendo a categorização da situação econômica da população e a delimitação de áreas urbanas periféricas nas cidades mais populosas do Estado de Santa Catarina;

pesquisa sobre a situação do ensino de 1º grau nas zonas rural e urbanas-periféricas de Santa Catarina;

pesquisas sobre o custo e qualidade do ensino de 2º grau e identificação de novas alternativas para este nível de ensino;

avaliação da atuação técnico-administrativa da SEC;

acompanhamento, controle e avaliação do ensino de 1º grau: aspectos pedagógicos;
pesquisa sobre o desempenho em Matemática;
estudo sobre a trajetória escolar dos alunos do ensino de 1º grau no Sistema do Distrito Federal; e
pesquisa sobre as disparidades inter e intra-regionais na educação do Espírito Santo.

Os Estados mais comprometidos com a pesquisa na área educacional chamam a atenção para a falta de preparo dos técnicos em educação na concepção e realização de pesquisas. Aponta-se, também, a falta de comunicação entre pesquisadores e planejadores educacionais. Os resultados das pesquisas em educação são muitas vezes ignorados pelos órgãos encarregados do planejamento educacional; as sugestões resultantes destas pesquisas se revelam, em alguns casos, inaplicáveis.

O apoio técnico e/ou financeiro dos órgãos federais responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa educacional é insuficiente.

Constata-se a desorganização e/ou inexistência de arquivos e/ou memórias institucionais para preservação do acervo histórico da educação. Verifica-se, igualmente, formação insuficiente dos pesquisadores, de acordo com parâmetros teóricos e metodológicos brasileiros.

1.4- Estruturação de sistemas de informação e de produção de indicadores confiáveis para o planejamento administrativo e avaliação social do processo decisório praticado a nível dos poderes públicos.

Um número significativo de Unidades da Federação tentou implantar um sistema de informações estatísticas educacionais. Este sistema compreende as áreas de produção da informação, de estudos e análises, e de documentação e divulgação. Seu objetivo é subsidiar o planejamento educacional e a tomada de decisão nos diversos níveis das Secretarias de Educação e Cultura.

Os dados levantados, analisados, documentados e divulgados pelo sistema, dizem respeito à matrícula, evasão escolar, reprovação, aprovação, pessoal técnico-administrativo e docente das unidades escolares, prédios escolares, material de patrimônio, informações gerenciais e outros dados relevantes para a educação.

Em outros casos, existem estudos em andamento para definição do processo de coleta de dados sobre educação física e desporto. Constata-se, também, um esforço em descentralizar este sistema de informações através de um processo de regionalização. Assim, o sistema é constituído de um órgão central e de serviços regionais sediados nas diferentes regiões do Estado.

Em várias Unidades da Federação, utiliza-se equipamento eletrônico para armazenamento e processamento destas informações. Algumas SECs introduziram também a microfilmagem como a maneira mais eficiente de armazenar grandes volumes de informações e documentos.

Alguns destes sistemas foram implantados com o apoio financeiro e técnico do MEC.

1.5 Evolução dos esquemas de captação e alocação de recursos e as suas conseqüências na ampliação das oportunidades de acesso da população aos bens e serviços educacionais, culturais e desportivos.

A diversificação das fontes de recursos, para atender os encargos financeiros do sistema educacional, tem sido uma das preocupações fundamentais das várias Secretarias de Educação. São mencionadas as seguintes fontes:

recursos ordinários provenientes do orçamento dos governos estaduais. Estes recursos são, em grande parte ou quase totalmente, absorvidos pelas despesas com pessoal e encargos sociais;

fundo de participação dos Estados. Uma percentagem fixa deste fundo deve ser alocada ao setor educacional;

salário-educação (quota estadual e quota federal);

recursos orçamentários do MEC;

outros auxílios e/ou contribuições da União;

empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e Banco Interamericano de Desenvolvimento;

contribuições comunitárias. Esta fonte é constituída de uma anuidade escolar junto à rede estadual, atingindo alunos maiores de 14 anos matriculados no 1º e 2º graus, regular e/ou supletivo;

contribuições empresariais, isto é, doações de recursos financeiros e materiais por empresas particulares.

Alguns Estados constatam que o esforço de captação de recursos concentrou-se mais em fontes tradicionais. A pulverização destes recursos tem dificultado o atendimento satisfatório das necessidades mais prementes. Verifica-se, também, não ter havido correspondência entre o esforço empregado na busca de recursos e a capacidade de gerenciá-los, comprometendo diretamente a execução física e financeira dos projetos.

1.6- Adoção do Convênio Anual como instrumento de programação de transferências de recursos do MEC para as Unidades da Federação.

O Convênio Anual, de acordo com o ponto de vista das SEECs, proporciona uma racionalização do processo técnico-administrativo, pois engloba em um só acordo bilateral a transferência dos recursos das diversas fontes e órgãos do MEC, possibilitando demonstrar o total dos recursos conveniados com este Ministério.

Verifica-se, também, que, durante a sua vigência, ele dá oportunidade de elaboração de projetos, com ações integradas dos vários órgãos que serão executadas pela Unidade da Federação.

Alguns problemas são, porém, apontados. Assim, verifica-se que:

os recursos destinados à Unidade da Federação não obedecem ao cronograma estabelecido;

a liberação das parcelas é realizada em montantes inferiores àqueles pré-estabelecidos;

os recursos destinados a entidades privadas são programados em um exercício e recebidos somente no seguinte; e

há imprecisão no acompanhamento das ações programadas.

Ressalta-se maior facilidade na prestação de contas e maior possibilidade de coordenação e controle, por parte da Secretaria Estadual de Educação.

Sugere-se como medidas destinadas a aperfeiçoar o Convênio Único:

incorporar ao termo do Convênio o cronograma de desembolso de recursos para cumprimento das liberações por meio deste instrumento;

liberar, automaticamente, as parcelas do Convênio já vencidas á época de sua assinatura;

integrar os programas de estudo e pesquisa das universidades às necessidades reais da SEEC e realizar seminários conjuntos para divulgar os resultados das pesquisas; e

concentrar recursos financeiros e esforços de participação das bases num objetivo comum: a universalização do ensino de 1º grau.

Constata-se, pois, um vasto leque de ações visando ao planejamento e modernização administrativa das atividades educacionais. Em níveis diversos, a maioria das Unidades da Federação tomou medidas orientadas para a consecução, deste objetivo. Verificam, porém, as Secretarias Estaduais de Educação, uma certa resistência a este processo de mudança e reconhecem implicitamente que os resultados obtidos não podem ser considerados como sucesso total. Existe, contudo, a intenção de prosseguir nos esforços, esperando que as resistências se atenuem com o tempo e que o processo de planejamento e modernização administrativa adquira certo dinamismo e maior eficácia.

A educação básica constitui uma das linhas prioritárias de ação do III PSECD abordada pelos documentos-síntese. Seis tipos principais de ação foram analisados por estes documentos:

alteração no quadro da escolarização e rendimento da educação rural, bem como na adequação da oferta de serviços educacionais às necessidades e possibilidades sócio-econômico-culturais do meio;

ampliação e adequação das oportunidades educacionais, desde o nível do pré-escolar até o do ensino de 1º e 2º graus, regular e supletivo, com ênfase nos aspectos de atendimento das populações urbanas mais carentes;

valorização de recursos humanos em termos de: situação salarial, estabilidade de emprego, mudanças no quadro de recursos humanos devidamente habilitados e evolução da situação de preparação técnico-pedagógica do magistério;

utilização de tecnologias aplicadas à educação básica e seu papel na melhoria da qualidade dos serviços no "atingimento" de clientela específica;

oferecimento de oportunidades de educação para todos, em igualdade de condições e com padrão qualitativo defensável; e

articulação entre as atividades educacionais, culturais e desportivas na escola e na comunidade onde ela se insere.

Estes seis tipos de ação são baseados em um diagnóstico que identifica estas seis áreas como os pontos mais críticos do sistema de ensino básico. Nesta perspectiva, entende-se como educação básica todas as modalidades de ensino formal e não-formal em que os conteúdos educativos buscam conduzir à formação de valores e atitudes positivas, ao desenvolvimento do pensamento crítico, à aquisição de conhecimento de saúde, agricultura e atividades produtivas, e de conhecimentos básicos para a participação social e cívica.

Os problemas educacionais apontados como mais críticos nesta área são:

déficit do atendimento escolar;

assistência inexpressiva ao pré-escolar, especialmente no que diz respeito à administração estadual; este fato é considerado como o principal fator explicativo para a elitização do atendimento às crianças na faixa etária que corresponde à pré-escola e para a manutenção de problema de reprovação nas primeiras séries do 1º grau;

alto índice de analfabetismo na maioria das unidades federadas;

entrada tardia da criança na escola, distorção idade/série, altos índices de reprovação devido a problemas sócio-econômicos e culturais do aluno e do professor, bem como à falta de preparação técnica dos docentes e de adequação curricular;

necessidade de reorientação dos currículos a nível de 1º e 2º graus, tanto no ensino regular como no supletivo;

baixas taxas de escolarização, aumentando o numeroso contingente de jovens sem acesso à escola convencional, crescendo a demanda de ensino supletivo;

baixa produtividade do sistema educativo devido à insuficiência de recursos humanos; e

insuficiente exploração de tecnologias educacionais como alternativa eficaz para a solução dos problemas acima elencados.

Educação no meio rural:

Com relação a este tópico, os documentos abordam cinco aspectos principais:

caracterização da problemática;

programas especiais voltados para a educação básica no meio rural;

adaptação do currículo;

ampliação e melhoria da rede física; e

assistência ao educando.

De modo geral, constata-se uma defasagem das oportunidades educacionais e da qualidade do ensino no meio rural em relação às zonas urbanas. Entre os problemas mencionados, merecem ser destacados os seguintes:

em muitas Unidades da Federação as classes multiseriadas predominam na maioria das escolas localizadas no meio rural;

a deficiência didático-pedagógica dos professores compromete decisivamente a qualidade do ensino;

os livros didáticos adotados não condizem com a realidade sócio-econômica e cultural dos alunos;

o aspecto físico das escolas deixa muito a desejar e não propicia ambiente pedagógico adequado;

o baixo nível salarial impede a contratação de professores mais qualificados;

a interferência política na administração escolar, tanto na esfera estadual como na municipal, dificulta a aplicação de políticas que aperfeiçoem de maneira contínua e efetiva a qualidade do ensino; e

a flutuação das populações rurícolas, o êxodo rural, o ingresso prematuro das crianças na força de trabalho, são problemas a que o sistema de educação básica no meio rural não está podendo responder eficazmente.

Para fazer face a esta situação, muitos estados e territórios criaram e/ou adotaram programas especiais e/ou coordenações específicas para a educação básica em áreas rurais. Desta maneira, o PRONASEC e o PROMUNICÍPIO e EDURURAL foram aplicados em boa parte das unidades federadas. No caso do Nordeste, surgiram vários projetos apoiados pelo programa POLONORDESTE. Algumas SECs criaram uma coordenação única para projetos especiais

de educação no meio rural objetivando integrar, sistematizar e coordenar as ações destes diferentes projetos.

O Estado do Amazonas criou o Instituto de Educação Rural do Amazonas — IERAM que busca ligar o trabalho educativo ao processo de desenvolvimento, isto é, à melhoria das condições de vida, ao aumento da produtividade e à participação mais ativa dos agricultores e de suas famílias nas ações relacionadas com seu bem-estar. O Instituto, entre outras funções, é o órgão que conceitua, formula, define e executa a política de educação rural no Estado.

Deve-se salientar, também, o desenvolvimento de atividades na área de educação não formal, de ajustamento do profissional, adolescentes e adultos e de qualificação da mão-de-obra.

Alguns Estados estão tentando a elaboração de propostas curriculares para o ensino de 1º e 2º graus capazes de atender às peculiaridades do meio rural. Em alguns casos, a preparação destes currículos está sendo levada a cabo por técnicos e docentes, contando, porém, com a participação dos alunos e da comunidade. Em outros, estes currículos estão sendo testados em experiência piloto.

A ampliação e melhoria da rede física tem buscado adequar melhor as oportunidades oferecidas pelo sistema educacional à demanda expressa pela população escolarizável. Este objetivo vem sendo alcançado pelo aproveitamento de turnos ociosos, implantação de turnos intermediários, reativação de escolas, construção e ampliação de unidades escolares e de medidas visando ao equipamento de escolas existentes.

Em alguns casos, estimula-se o envolvimento da comunidade nas diversas fases de implantação de uma unidade escolar. A utilização de mão-de-obra local na execução de trabalhos de construção, de recuperação e ampliação de prédios escolares tem sido uma política seguida em um ou outro caso. Alguns instrumentos de pressão têm sido utilizados para que as prefeituras municipais assumam o compromisso com a manutenção, funcionamento e conservação das escolas.

A assistência ao educando tem se desenvolvido através de:

distribuição de bolsas de estudo a alunos excedentes da rede pública;

distribuição de material escolar;

distribuição do livro didático;

atendimento a alunos carentes para suprir necessidades específicas (uniformes, calçados, etc); e

distribuição de merenda, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2.2 — Ampliação e melhoria da oferta de oportunidades educacionais no meio urbano:

O crescimento vertiginoso das áreas urbanas, devido em grande parte às migrações rural-urbanas, exige um grande esforço das Secretarias Estaduais de Educação no sentido de ampliar e melhorar a oferta de oportunidades educacionais, especialmente no caso das populações carentes que, quase sempre se localizam nas periferias urbanas.

Os documentos-síntese apresentam seus relatórios com respeito à educação básica no meio urbano, organizando sua análise de acordo com os diversos níveis e modalidades de ensi-

no: pré-escolar, 1º grau, 2º grau, ensino supletivo e educação especial. Em cada um destes níveis e modalidades foram abordadas e explicitadas as ações mais relevantes.

2.2.1- Educação pré-escolar:

A maioria das Unidades da Federação empreendeu algum esforço de ampliação do ensino pré-escolar, seja expandindo a rede física, seja aumentando o número de matrículas. Em alguns casos, ofertou-se refeições completas a essas crianças.

Houve, também, tentativas de revitalização da organização curricular da pré-escola. Algumas SECs organizaram programas especiais de atendimento ao pré-escolar, sobretudo às crianças sócio-cultural e economicamente carentes. Estes programas incluíram:

- assistência técnico-pedagógica às classes implantadas;
- treinamento de professores para melhor capacitá-los à dinamização do ensino;
- envolvimento, após treinamento, de mães voluntárias em um trabalho co-participativo nas classes;
- implantação de Unidades Móveis, a partir da identificação de espaços físicos e sensibilização das comunidades;
- promoção de ações conjuntas com órgãos responsáveis por serviços de saúde, alimentação e assistência social e por associações de bairro, visando o atendimento às classes pré-escolares;
- elaboração de estudos sobre aspectos psicológicos e sócio-econômico-culturais das crianças que freqüentam a pré-escola;
- distribuição de material didático (incluindo brinquedos), mobiliário e medicamentos; e
- identificação das áreas onde se localizam populações de baixo índice sócio-econômico para subsidiar a implantação do atendimento pré-escolar.

Poucos Estados mencionam a utilização de monitoria para suprir a falta de professores qualificados. Sugerem eles que a ação docente seja realizada por professores legalmente habilitados, ficando os monitores na função de apoio onde o número de crianças assim o exigir.

2.2.2- Ensino de 1º grau:

As Unidades da Federação apontam quatro problemas fundamentais que dificultam o melhor desempenho do ensino de 1º grau nas áreas urbanas, especialmente junto a populações carentes:

- número de vagas para atender à demanda;
- distorção idade-série;
- alto índice de reprovação, principalmente nas primeiras séries do 1º grau; e
- elevado índice de evasão.

O primeiro problema provém principalmente do rápido crescimento populacional da zona urbana decorrente do processo migratório rural-urbano. A fim de enfrentar esta situação, tem havido um esforço de ampliação da rede física e de incremento da oferta de vagas.

Os demais problemas levaram as Secretarias de Educação dos Estados a lançar um conjunto de ações capaz de reduzir as deficiências constatadas. Do ponto de vista da organização e funcionamento do sistema, foram desenvolvidas as seguintes ações:

apoio sistemático às classes da alfabetização, seja pela implantação e manutenção do Programa Alfa, seja pelo reforço através de materiais apropriados a estas classes;

implantação e manutenção de classes para aceleração da aprendizagem, a fim de apoiar alunos com problemas nesta área;

criação de programas especiais para atendimento aos menores que trabalham (DF);

implantação de cursos de suplência a nível de 1º e 2º graus, especialmente nas quatro primeiras séries do 1º grau, localizadas nas periferias urbanas;

oferecimento de aulas de reforço para alunos de 1º grau, obtendo-se resultados positivos no que se refere à leitura e escrita;

apoio à dinamização de atividades artísticas na escola, incluindo mobilização de recursos humanos e culturais da comunidade (PRODIARTE);

atendimento em período de férias, com reforço alimentar e pedagógico, à crianças não aprovadas na 1ª série (RS);

atendimento antecipado à escolarização propriamente dita de alunos carentes da 1ª série do 1º grau (RS e PR);e

acompanhamento de egressos da rede oficial, objetivando colher subsídios para o planejamento pedagógico com base na avaliação efetuada (MA).

Um outro conjunto de ações buscou a reformulação do currículo e a elaboração de material didático, levando em conta as características regionais. Em particular, foram mencionadas as seguintes linhas de ação:

realização de diagnóstico do processo curricular nas escolas;

elaboração da proposta de descentralização dos currículos pelos complexos escolares (PI, BA);

acompanhamento e controle do currículo, via supervisão regional; e

elaboração e distribuição, a nível regional, de material didático a alunos e professores.

Além destes esforços, que visam superar os principais problemas que afetam o desempenho do ensino de 1º grau, algumas Unidades da Federação mencionam as seguintes ações complementares:

criação de um serviço de orientação educacional para fornecer aos concluintes da

8? série informações sobre as oportunidades educacionais e ocupacionais que os capacitem a nível de 1º grau (BA);

ampliação da oferta de alimentação a alunos de escolas públicas e particulares (em convênio), participantes dos programas de atendimento a alunos carentes; e

implantação de "escolas-produção" orientadas para a fabricação de bens de consumo e sua comercialização, utilizando a renda obtida para manter oficinas e adquirir novos materiais e equipamentos.

Apesar de todas estas atividades, tem-se consciência de que os problemas do ensino de 19 grau ainda permanecem. Suas raízes estão plantadas nos problemas sócio-econômicos das populações rurais e urbanas carentes. O sistema educacional tem um papel a cumprir nos esforços e na busca de soluções. Uma maior integração entre sistema escolar e o processo de desenvolvimento local revela-se como uma pista promissora na busca de novas ações que respondam de maneira mais efetiva aos desafios do ensino básico de 1º grau.

2.2.3- Ensino de 2º grau:

Com respeito a este nível de ensino, as Unidades da Federação têm encontrado três desafios principais. O primeiro deles diz respeito à própria orientação a ser dada às classes que integram este nível. Percebe-se uma certa tensão entre fazer do 2º grau uma preparação ao 3º grau, com ênfase em um currículo de educação geral, e a necessidade de dar a este nível de ensino caráter profissionalizante, considerando-o como uma etapa terminal na vida escolar do aluno.

O segundo desafio diz respeito à integração entre a linha profissionalizante na escola e o mercado de trabalho, isto é, a necessidade de que o treinamento recebido na escola, através de cursos profissionalizantes, corresponda à demanda existente no mercado de trabalho.

O terceiro desafio consiste em ampliar as oportunidades de matrícula para corresponder à demanda existente. Segundo elementos fornecidos pelos documentos-síntese, a expansão da rede escolar deste nível decorre mais das pressões extra-sistema do queda capacidade do sistema em conduzi-la adequadamente.

Para responder a estes três desafios, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

elaboração de perfis profissiográficos e articulação constante com órgãos do Ministério do Trabalho no planejamento de cursos de 2º grau (RJ);

implantação de novos cursos noturnos de 2º grau, com oferecimento de merenda escolar aos alunos;

desativação das habilitações profissionais que não correspondam às necessidades do mercado de trabalho;

reforço ao sistema de integração escola-empresa;

revitalização das escolas normais e implantação, acompanhamento e controle da proposta curricular para estas escolas;

desenvolvimento de projetos de produção agropecuária, visando à auto-sustentação das escolas e dando aos alunos a oportunidade de dominar técnicas de produção e comercialização (BA);

elaboração, testagem e implantação de novas propostas de currículo em atendimento às características regionais;

construção, ampliação, recuperação e equipamento de unidades escolares de 2º grau; e

concentração da parte profissionalizante no 4º ano do 2º grau, como opção dada ao aluno, consagrando-se as três primeiras séries à educação geral e a uma visão ampla do mundo do trabalho.

2.2.4- Ensino Supletivo:

O ensino supletivo visa prestar atendimento escolar ao grande contingente de pessoas que se encontram fora da faixa etária dos cursos regulares de 1º e 2º graus. A fim de dar maior eficiência a este atendimento foram desenvolvidas as seguintes ações, para suprir a educação geral de 1º e 2º graus:

ampliação e manutenção de classes de ensino supletivo e de educação integrada;

manutenção de cursos livres, preparatórios aos exames supletivos;

realização de exames de suplência, ao menos duas vezes por ano;

manutenção de cursos de aceleração juntamente com um sistema de avaliação dos mesmos;

oferta de cursos supletivos sob a forma de ensino personalizado, permitindo ao aluno adulto opções na organização do seu próprio currículo (SC e PE);

realização de exame de suplência profissionalizante, em várias habilitações, e ofertas de curso de apoio para interessados nestes exames;

implantação do ensino supletivo através de cursos por rádio e televisão;

introdução de inovações metodológicas no processo ensino-aprendizagem do ensino supletivo;

implementação do projeto LOGOS II (PI, MS);

reformulação do currículo e dos instrumentos de exames supletivos, baseados na vivência do cliente adulto (SO; e

aprovação de resolução do Conselho Estadual de Educação, estabelecendo mecanismos de validação e reconhecimento de estudos realizados em modalidades extra-escolares (MG).

2.2.5- Ensino Especial:

A educação especial busca atender alunos que apresentam deficiências visuais, auditivas e físico-motoras, bem como os portadores de deficiência mental e comportamental, nos diferentes níveis de escolaridade.

As principais atividades orientadas para esta clientela são.

implantação de programas de atendimento ao pré-escolar com deficiências auditivas e visuais ou com deficiências mentais educáveis;

implantação e manutenção de classes especiais para deficientes de 1º e 2º graus;

criação e manutenção de oficinas pedagógicas para iniciação profissional atendendo alunos portadores de deficiência mental, auditiva e visual (BA);

implantação de centros de atendimento a alunos com visão subnormal;

formação de grupos de pais, buscando envolvê-los no processo de desenvolvimento social e profissional do aluno deficiente (BA);

concessão de bolsas de estudo e de trabalho a excepcionais, objetivando oferecer-lhes oportunidades de ingresso no mercado de trabalho;

promoção de eventos orientados para a conscientização da comunidade sobre sua responsabilidade na solução dos problemas atinentes a pessoas com deficiências, levando-a a promover o trabalho e as manifestações artístico-culturais de excepcionais (PR); e

assinatura de convênios com a Secretaria de Saúde e outras entidades públicas e privadas que se dedicam ao atendimento dos diversos tipos de deficientes físicos, tais como: Instituto para cegos, Pestalozzi, etc. (MS).

Os Estados que têm desenvolvido atividades neste campo reconhecem que a população de deficientes é bem superior ao atendimento que o sistema educacional pode oferecer. Existem grandes limitações do ponto de vista de pessoas capacitadas para conduzir este tipo de classe, assim como escassez de recursos financeiros.

2.3 — Valorização de recursos humanos:

Neste particular, dois grandes tópicos foram abordados: o estatuto do magistério e o treinamento profissional.

Um certo número de Unidades da Federação implantou um novo estatuto do magistério, procurando, através dele, assegurar aos professores e especialistas da rede estadual de ensino, segurança e ascensão profissional. Por meio deste estatuto, foi possível efetivar a nomeação, a promoção e o enquadramento de professores e especialistas em educação. A reestruturação da carreira do magistério, incluída neste estatuto, assegurou reajustamento salarial e acesso progressivo de acordo com o nível de formação profissional.

Uma ou outra Unidade da Federação não chegou, ainda, a regulamentar o estatuto do magistério público estadual, acarretando conseqüências negativas para o desempenho de certas funções, tais como: administrador, supervisor, inspetor e orientador educacional. Constata-se que um bom número de professores vem exercendo estas funções sem nenhuma preparação para desempenhar satisfatoriamente estas atividades.

Foram realizados concursos para regularizar a situação funcional de professores já engajados na atividade educacional e habilitar outros para ingressar no quadro de carreira do magistério.

A capacitação de professores, supervisores, monitores e outros especialistas da área

constituiu uma das grandes preocupações de muitos estados e territórios. Objetivando habilitá-los, foram realizadas atividades, nas seguintes áreas:

1 — Cursos Especiais:

alfabetização: dirigido a professores das 1^{as} e 2^{as} séries do 1º grau;

aceleração de aprendizagem;

redefinição e revitalização de modelos e processos curriculares de 19 e 29 graus, ministrados nos seguintes campos: Educação Artística, Química e Saúde, Educação Especial, Educação Geral, Mecânica e Eletricidade, Língua Portuguesa, Educação Física, Ensino Religioso e Ciências; e

Educação Especial ; e

Ensino Supletivo.

2 — Estratégias conducentes a:

. fortalecimento da ação supervisora;

desenvolvimento do pré-escolar; e

assistência ao educando e à comunidade.

Convém destacar o trabalho de habilitação de professores leigos através do LOGOS, em convênio com o MEC e prefeituras municipais. Foi dado treinamento em serviço para professores que atuam nas quatro primeiras séries do 1º grau. Nestes casos, o professor é atendido e recebe orientação na própria escola, de acordo com as necessidades observadas. Círculos de estudos, visitas e encontros constituíram, também, instrumentos utilizados neste esforço de capacitação de recursos humanos voltados para o magistério.

Em Santa Catarina, os programas de capacitação de recursos humanos baseiam-se em levantamento de necessidades de treinamento, realizado periodicamente, com participação de representantes de todos os níveis de ensino, sob a orientação do órgão central do sistema.

Alguns Estados sugerem que maiores investimentos nos cursos de formação de professores trariam resultados mais positivos no tocante à qualificação do magistério. Enfatizam a necessidade de adequar o estatuto do magistério — no qual tal medida ainda não foi tomada — às exigências da carreira de profissionais devidamente qualificados.

2.4 Utilização de tecnologias aplicadas à educação básica:

As tecnologias aplicadas à educação básica foram entendidas no sentido amplo, isto é, **tanto** a utilização de metodologias como a de equipamentos com o objetivo de facilitar e aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.

Os diferentes Estados usaram diferentes tecnologias de acordo com os objetivos visados e o campo de ação que pretendem desenvolver. Um dos campos melhor atendido foi o da capacitação de professores. Neste particular, um dos instrumentos mais utilizado foi o material impresso auto-instrutivo, amplamente distribuído aos docentes para treinamento nas áreas de planejamento educacional, metodologias de alfabetização, da comunicação e expressão, da

matemática, das ciências biológicas, dos estudos sociais, da avaliação da aprendizagem e fundamentação psicopedagógica.

No campo de formação de professores, foram ainda produzidos cursos por correspondência nas áreas de ciências e língua portuguesa. São mencionados, também, programas radiofônicos veiculados em ondas curtas, abordando temas os mais variados de interesse ao treinamento de professores.

A nível da pré-escola, foram produzidos materiais impressos para professores, guias de utilização dos programas de rádio e televisão e implantação destes programas nas salas pré-escolares. Para o desenvolvimento da alfabetização, foram elaboradas gravações em fitas cassetes e diapositivos, proporcionando-se, ao mesmo tempo, um treinamento aos professores alfabetizadores e monitores, capacitando-os a manipular corretamente este material.

No tocante ao ensino supletivo, foram também elaborados materiais impressos cobrindo todo o 19 grau e produzidos programas radiofônicos correspondentes ao material impresso. Convém notar, ainda, os programas radiofônicos que têm como objetivo reforçar o desenvolvimento do currículo para a escola rural. Este reforço foi apoiado pela elaboração de livros para alunos e guias para professores.

No caso do Rio Grande do Sul, foram adquiridos equipamentos e material permanente para o desenvolvimento do cinema educativo. Neste Estado, um grande esforço foi feito na produção de material de ensino-aprendizagem para professores e alunos, especialmente a nível do supletivo e da 1ª à 4ª série do 1º grau (meio rural).

Um outro instrumento utilizado por alguns Estados foi a televisão, especialmente para o pré-escolar. Os programas televisionados foram, às vezes, prejudicados pelo alcance reduzido das estações emissoras, irregularidades nos horários de transmissão e inexistência de aparelhos receptores em muitas escolas. Mato Grosso do Sul implantou o Telecurso de 2º Grau em circuito fechado de televisão.

Várias Unidades da Federação utilizam recursos audiovisuais, inclusive videotape, rádio e televisão, sobretudo nas atividades educacionais que envolvem a comunidade. Algumas empregam estes recursos no trabalho educativo junto às populações de baixa renda.

O que mais limita a utilização de tecnologias educacionais na educação básica é a escassez de recursos humanos e financeiros indispensáveis ao desenvolvimento destes instrumentos e metodologias.

2.5 - Oferecimento de oportunidades de educação para todos:

As Secretarias de Educação, com poucas exceções, não se detiveram neste tópico. Algumas apenas se limitaram a repetir os esforços empreendidos, visando criar novas oportunidades de matrícula, reduzir as taxas de reprovação e de evasão. Outras apenas ressaltaram que o princípio de oportunidade de educação para todos norteava toda a sua política educacional.

Considerando, porém, o déficit de atendimento observado em todos os estados e territórios e as taxas de evasão e de reprovação, é fácil concluir que não foram oferecidas oportunidades de educação para todos em igualdade de condições e com padrão qualitativo defensável.

2.6 - Articulação entre a escola e a comunidade:

As ações desenvolvidas com respeito a este tópico apresentam grande variedade quando se considera as diferentes unidades federadas. Existem Estados em que a escola permaneceu

muito fechada em si mesma, enquanto em que outros, observa-se um real esforço de maior integração com a comunidade e articulação entre as atividades educacionais culturais e desportivas.

Entre as atividades desenvolvidas pode-se destacar:

a criação de Conselhos Comunitários nas escolas;

a integração das redes estadual, municipal e particular do ensino pré-escolar, visando a troca de experiências e a participação da família e da comunidade no processo educativo;

o levantamento de expectativas da comunidade e seleção de atividades integradoras pelos Centros de Estudos Supletivos;

a criação de centros de línguas estrangeiras em Colégios Estaduais e em Centros de Línguas estrangeiras em Colégios Estaduais e em Centros de Estudos Supletivos com atendimento à comunidade;

o desenvolvimento de atividades didático-culturais e desportivas (concertos, visitas a museus, transmissão de programas de rádio, projetos de criação literária, artesanato, conhecimento da cultura negra, publicações referentes à integração escola-comunidade, competições interescolares com participação comunitária e colônias de férias);

a implantação de bibliotecas comunitárias;

a integração e difusão dos valores culturais da região na escola;

o desenvolvimento de projetos especiais visando a demonstração do talento de jovens para as artes e para as letras.

Como se pode depreender das atividades acima propostas, a articulação entre a escola e a comunidade encontra-se em um estágio inicial, embora várias Secretarias de Educação estejam empreendendo um real esforço neste sentido.

2.7- Novas estratégias propostas:

Reconhece-se que, embora relevantes e substanciais, as ações desenvolvidas com respeito à educação básica ainda não atendem à demanda total e que os índices de escolarização e de aprovação (devido à evasão e à repetência) não são de modo algum satisfatórias.

O Estado de Minas Gerais identifica três fatores principais que vêm dificultando o alcance das metas traçadas pelo III PSECD. O primeiro destes fatores é a ausência, a nível do MEC, de mecanismos que propiciem um fluxo de informações com as SECs e universidades quanto à definição de metas, cronogramas de atividades, dotações orçamentárias e suplementares, permitindo às mesmas se organizarem para planejar seu trabalho com a antecedência necessária.

O segundo fator refere-se ao desencadeamento de projetos que pressupõem e exigem uma articulação intersetorial, interdisciplinar e interinstitucional. A rigidez institucional faz com que o tempo determinado nos cronogramas não seja suficiente, pois, necessita-se de prazos bem mais longos para que equipes compostas de elementos de diversas instituições cumpram suas tarefas.

O terceiro fator apontado é a ausência de uma política efetiva de valorização dos recursos humanos apta a viabilizar os programas e as propostas contidas no III PSECD. As novas linhas de ação e estratégias propostas por alguns Estados consistem em:

fortalecer o planejamento municipal, induzindo a uma descentralização financeira, administrativa e pedagógica, fazendo com que os órgãos se tornem cada vez mais os responsáveis pela educação de 19 grau e, ao mesmo tempo, assumam maior autonomia com respeito ao ensino de 29 grau e supletivo;

promover o planejamento integrado e participativo, assegurando, assim, uma maior adequação dos currículos, uma mais efetiva igualdade de direitos e oportunidades para que todos se beneficiem do desenvolvimento da educação básica;

dar um reforço especial à pré-escola, eliminando formas sofisticadas de ação pedagógica que não correspondam à pobreza da população e concentrar-se na ação preparatória de alfabetização imediatamente anterior à primeira série;

revitalizar as propostas curriculares assegurando a infra-estrutura necessária para sua implementação;

intensificar o processo de criação de metodologias para o ensino junto às camadas mais pobres da população;

reforçar as ações substanciais que influenciam o rendimento dos alunos, contemplando tanto os fatores endógenos ao sistema educacional (desempenho do professor, unidade escolar, currículo e material didático) como os fatores exógenos, quais sejam: condições de saúde e nutrição, nível de emprego e renda dos alunos e de sua família, situação sócio-cultural da comunidade; estas ações requerem uma maior articulação com os outros setores, para um trabalho integrado;

empreender uma política intensa de preparação de seres humanos, aperfeiçoando tanto o Estatuto do Magistério como os diversos instrumentos de professores e especialistas em educação;

expandir de maneira organizada e com base em levantamentos da realidade, a oferta de oportunidades educacionais, buscando atender aos diversos níveis e modalidades de ensino num horizonte de médio prazo.

Algumas Unidades da Federação tomam como ponto de partida o conceito antropológico da cultura, isto é, consideram como cultura todas as manifestações da vida de um povo. Desta maneira, entendem por cultura não apenas o seu produto final (a palavra, o canto, a dança, o documento, o artefato, a habitação, o templo), mas, também, as condições do meio ambiente em que estes produtos foram elaborados, isto é, as condições históricas, sócio-econômicas, étnicas e ecológicas que marcaram cada uma destas expressões culturais.

Outras não se preocuparam em conceituar cultura; voltaram sua atenção para a realidade cultural do estado, apresentando um mapeamento dos diferentes contextos culturais existentes (RJ, SC, MA, PR) ou se propuseram realizar um levantamento sistemático para descobrir a(s) identidade(s) cultural (ais) presentes no Estado (BA, PA, AC).

Houve igualmente um esforço considerável para dotar os Estados de órgãos competentes voltados para o desenvolvimento cultural, tais como: Conselhos Estaduais de Cultura, Fundações Culturais ou Coordenações específicas dentro da SEC. Em alguns casos, porém, considera-se que o Estado não deve interferir diretamente no processo cultural, nem orientá-lo. Sua missão específica é a de criar meios e condições para que o processo cultural se desenvolva de acordo com a dinâmica e orientação que as comunidades desejarem imprimir.

As linhas de ação que emanam dos documentos-síntese revelam orientações divergentes entre as diferentes Unidades da Federação provenientes, talvez, de concepções diferentes a respeito de desenvolvimento cultural ou de interpretações distintas da realidade cultural em que buscam atuar. Seis aspectos mais relevantes são mencionados a seguir, na tentativa de sintetizar a contribuição dos diferentes estados e territórios, e do Distrito Federal. Referem-se eles aos próprios objetivos do desenvolvimento cultural e aos meios indispensáveis à sua realização. Estes aspectos são:

- promoção do desenvolvimento cultural incentivando a criatividade local da população, proporcionando-lhe ao mesmo tempo acesso amplo às manifestações culturais em todas as suas formas;
- preservação do patrimônio histórico, artístico e ecológico;
- integração da cultura no contexto da educação básica;
- valorização de recursos humanos que atuam na área cultural;
- utilização de tecnologias aplicadas à cultura e seu papel na melhoria da qualidade dos serviços; e
- dimensionamento e utilização dos espaços culturais.

3.1 - Promoção do desenvolvimento cultural:

Este tópico envolve, na realidade, duas linhas de ação complementares. A primeira diz respeito a todos os estímulos destinados a fomentar a criatividade local nas diferentes formas da expressão cultural. A segunda focaliza a necessidade de proporcionar à população o acesso às manifestações culturais, educando-a a delas participar.

No tocante à primeira linha de ação foram desenvolvidas as seguintes atividades:

realização de exposições e feiras de artes plásticas e artesanato;

criação de ateliê livre e escolinha de arte;

implantação de oficinas de criatividade e de gravuras, de casas de cultura, incentivando as formas coletivas de produção e administração cultural visando a autonomia e manutenção dos grupos culturais;

organização de Semanas de Música, reativação de bandas, criação de orquestras sinfônicas e de Câmara, de quartetos de cordas, de escolas de música e organização de concertos musicais;

levantamento de dados sobre a vida e obra dos compositores originários do Estado (PR);

promoção das artes cênicas, através da criação ou restauração de teatros, apoio a grupos teatrais, patrocínio a espetáculos, criação de corpo de baile, concurso de dramaturgia infantil, encontros de teatro de bonecos e jornadas culturais;

organização de encontros de escritores, concursos literários e simpósios de literatura, edição de livros e periódicos que dizem respeito à vida cultural do Estado ou de produções artísticas e literárias de autores locais (PR e CE);

instituição de prêmios para incentivar a produção literária e a produção científica, programa de edição e reedição de folhetos de literatura popular (AC), programa de pesquisa sobre literatura popular com intuito de sistematizar a difusão desta literatura (CE) e programas voltados à promoção de estudos da literatura estadual (MA e PR);

organização da Semana do Folclore, promoção do folclore estadual através da coleta, cadastramento e divulgação das manifestações folclóricas observadas no Estado (PR), apoio a grupos folclóricos (MT), à Centro de Tradições Folclóricas (DF) e à organização de festividades populares (carnaval); e

incentivo à atividade cultural através de: fundo de apoio ao cinema; fundo de incentivo cultural para financiar projetos nas áreas de teatro, dança, fotografia, artes plásticas e cinema; e fundo de incentivo literário (MG).

Como se pode depreender destas atividades, existe um leque bastante amplo de estímulos à criação cultural nas mais diversas formas de expressão. Torna-se difícil inferir, porém, qual o alcance destas atividades em termos de número de pessoas por elas beneficiadas e da qualidade dos produtos delas decorrentes.

A segunda linha de ação diz respeito ao acesso da população aos diferentes tipos de manifestações culturais. Convém notar que muitas das atividades mencionadas anteriormente e desenvolvidas com o objetivo de apoiar a criação cultural promovem, ao mesmo tempo, este acesso. Orientadas mais explicitamente para esta linha de ação, foram registradas as seguintes atividades:

dinamização dos projetos de implantação de bibliotecas;

concursos visando incentivar o hábito de leitura, bem como trazer o leitor à biblioteca (PR);

criação e manutenção de bibliotecas nos bairros periféricos das grandes cidades e em cidades do interior;

oferta de um sistema de caixa-estantes (cada uma contendo de 100 a 120 livros) colocadas em circulação entre entidades da região metropolitana e de cidades interiores (PR e MA);

- manutenção de uma biblioteca volante que, periodicamente, percorre diferentes localidades sob sistema de rodízio;

exposição e feira de livros;

criação e manutenção de um informativo que divulga sistematicamente a programação das atividades culturais;

criação do cine-móvel para atender, principalmente, as populações da periferia urbana (ES); e

organização de concertos didáticos destinados a um público infanto-juvenil (ES • PA).

Estas duas linhas de ação, na realidade, se complementam e constituem um dos principais eixos de atuação dos órgãos estaduais voltados para o desenvolvimento cultural.

3.2 - Preservação do patrimônio histórico, artístico e ecológico:

Este aspecto constitui o segundo eixo importante de atividades das Secretarias Estaduais de Cultura. A preservação do patrimônio histórico, artístico e ecológico é encarada pelo Estado da Bahia na sua acepção mais ampla, incluindo a preservação e restauração de monumentos bem como a preservação da produção documental do Estado. De outro lado, esta linha de ação é entendida não apenas como a preservação da cultura de gerações passadas mas também como instrumento educativo para as gerações presentes. Convém ainda acrescentar que esta abordagem não encara o patrimônio histórico artístico e ecológico como um elemento isolado, mas dentro de um contexto global, relacionado com a situação social, econômica, com a estrutura urbana e paisagística em que vivem as populações contemporâneas.

Os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Bahia propõem que a preservação e restauração do patrimônio cultural não seja apenas obra de especialistas em arqueologia, museografia, restauração construtiva, etc..., mas que haja também uma participação efetiva das comunidades envolvidas. Estas não devem ser relegadas ao papel de consumidoras passivas, mas, consideradas como co-produtoras na seleção, restauração e reutilização do patrimônio. Nesta perspectiva, pode ser realizado pouco a pouco o inventário completo deste patrimônio.

Os Estados do Pará e Bahia vêm desenvolvendo também a preservação da produção documental, colecionando e assegurando guarda e conservação de todo e qualquer material referente ao Estado nos seus aspectos histórico, social, artístico e literário.

Várias Unidades da Federação mencionam sua participação no Programa de Cidades Históricas, visando o tombamento e/ou restauração de monumentos. Nos casos em que não se efetuaram ainda levantamento do patrimônio histórico toma-se difícil estabelecer prioridades. As Unidades da Federação apresentam neste particular o elenco de monumentos que estão sendo preservados e restaurados.

3.3 Integração da cultura no contexto da educação básica:

As atividades desenvolvidas pelas Unidades da Federação nesta área inspiram-se em grande parte no Programa do SPHAN/Pró-Memória: "Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais no País". Os projetos integrantes deste programa visam propiciar às comunidades, meios para participarem do processo educacional a partir dos seus próprios valores, como é o caso dos nove projetos comunitários em andamento no Estado da Bahia, o projeto Saber Comum, no Estado do Acre, o projeto Fortalecimento e Difusão da Cultura Amapaense, no Território do Amapá e o projeto Madre Deus, no Maranhão.

O Estado do Rio de Janeiro desenvolve o projeto Escola-Comunidade buscando integrar os turistas na comunidade local, evitando que eles se tornem um elemento desfigurador e desintegrador dos valores e da paisagem da região. Congrega este projeto, professores, artistas, membros da comunidade, faculdades e escolas locais, centros de arte popular e abrange hoje três municípios da região dos Lagos, ao norte do Estado.

Cinco outros projetos foram desencadeados no Estado dentro desta mesma perspectiva:

projeto por uma educação alternativa numa tentativa de alfabetização e promoção de atividades artísticas para a faixa etária de 3 a 18 anos;

projeto de implementação de bibliotecas escolares, procurando não tanto criar uma biblioteca escolar mas colocar o livro na sala de aula; desta maneira a leitura é precedida de uma tentativa de adaptá-la aos assuntos vivos da comunidade; a partir da leitura, são escritos textos para o teatro de rua;

projeto de interiorização da atividade teatral, em que professores de várias áreas das artes cênicas vão às escolas municipais para a realização de oficinas de teatro e trabalham em conjunto com grupos locais para montagem de espetáculos, envolvendo elementos da comunidade; na mesma linha, são realizados festivais estudantis para a rede escolar de 1º e 2º graus;

projeto Cascatinha, que propõe um trabalho conjunto da escola e da comunidade e realiza um levantamento do patrimônio ecológico e natural do bairro de Cascatinha, no município de Petrópolis, com base em documentos e entrevistas para recolhimento da história local;

projeto Arte-Educação dirigido aos professores da rede oficial do Estado; utilizam linguagens artísticas variadas, tais como: teatro, fotografia, desenho, cinema e fotocoloragem para abordar temas do patrimônio, registro da memória histórica da comunidade, problemas de urbanismo e de ecologia, e registro das manifestações culturais existentes.

Em Santa Catarina existe o projeto de integração entre educação básica e cultura na Ilha de Santa Catarina, com objetivo de pesquisar e registrar a cultura local a fim de utilizar este material para ensino na própria comunidade.

Em outras Unidades da Federação foram desenvolvidas as seguintes atividades:

realização de manhãs de pintura e gincanas culturais entre alunos de 1º e 2º graus, apresentação de peças teatrais, montagem do museu de arte didática em uma escola da rede estadual, pesquisa folclórica envolvendo alunos de 1º e 2º graus e 1ª Mos-

tra de Folclore, com a participação de quatro escolas, apresentando grupos de alunos e representantes da comunidade (MT);

integração da programação folclórica da Fundação José Augusto às escolas da comunidade (RN);

o projeto Práticas do Saber, que visa valorizar diferentes aspectos culturais através de ações onde a comunidade participa do processo de integração entre a escola e seu contexto cultural específico (RO);

levantamento dos valores culturais da comunidade para desenvolvimento do currículo escolar e orientação de danças folclóricas nas escolas (RR);

apresentação de folclore, música popular e erudita, teatro amador, bale, teatro de bonecos, musicalização para professores de educação artística, de comunicação e expressão e de crianças (CE e PR);

núcleos escolares de produção artesanal, visando apoiar a produção de bens culturais (ES);

projeto cultural integrado envolvendo atividades de dança, teatro e música, projeto LAYME OVALLE com apresentação de 12 grupos musicais, visando formar nos alunos hábitos culturais (PA);

projeto de cultura rural, abrangendo 24 municípios, 270 professores, 8.300 alunos, 1.148 artesões cadastrados e 478 selecionados; programa de arte-educação, visando promover a capacidade criadora latente em crianças e adolescentes (PB);

projeto Platéia, que objetiva desenvolver promoções culturais nas escolas com vistas à formação do futuro público consumidor de cultura (DF);

projeto Museu-Escola, que busca levar ao conhecimento da comunidade escolar os recursos educativos que podem oferecer o acervo do museu como veículo de educação (MA).

3.4 Valorização de recursos humanos que atuam na área cultural:

O aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área cultural é apontado por algumas Unidades da Federação como uma estratégia decisiva no sentido de se conduzir um programa de desenvolvimento cultural de maior envergadura. Neste particular, foram levadas a cabo as seguintes atividades:

realização de cursos direcionados à formação de professores, alunos e especialistas na área musical (música popular brasileira e música erudita) (PR, CE e PA);

organização, através da Fundação Teatro Guaíra, de ateliês coreográficos, cursos, participações em gincanas estudantis. Pesquisadores nacionais e estrangeiros contam com o apoio, equipamentos e serviços desta Fundação, para montagem de espetáculos (PR);

cursos de aperfeiçoamento em dança, curso de pintura, gravura (e gravura sem prensa), desenho, entalhe, tapeçaria e xilogravura (DF, MA, PR);

treinamento para auxiliar de biblioteca, para funcionários de Centros de Educação Popular e técnicos da SEC (CE, MA, RN e MT).

Neste elenco de atividades, percebe-se que o esforço em treinamento nesta área atinge três grupos principais: artistas, funcionários e técnicos de desenvolvimento cultural e professores de educação artística nas escolas.

3.5 Utilização de tecnologias aplicadas à cultura:

Constata-se que algumas Unidades da Federação vêm utilizando um leque amplo de tecnologias como apoio aos programas de desenvolvimento cultural. São mencionadas mais freqüentemente técnicas de documentação, fotografia e diapositivos, radiodifusão, televisão, cinema, microfilmagem, gravações (em fita e em disco) e videotape. Os Estados do Paraná e Ceará organizaram um Museu da Imagem e do Som.

A utilização destas tecnologias, contudo, parece ser uma linha de ação ainda incipiente e constitui um setor a ser mais amplamente explorado e com papel melhor definido.

3.6 — Dimensionamento dos espaços culturais e sua utilização:

A infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento cultural tem tomado as seguintes formas:

construção, reforma e manutenção de centros ou casas de cultura, centros de criatividade, museus e teatros; e

utilização de parques, praças públicas, hortos florestais, sedes de clubes e centros sociais, salões paroquiais, igrejas e capelas, escolas etc... para que neles se desenvolvessem atividades culturais as mais diversas, com integração da comunidade.

O Estado do Rio de Janeiro contesta a construção de espaços culturais suntuosos e superdimensionados, como não condizentes com a realidade sócio-econômica do país. Defende ele, por outro lado, a construção do espaço cultural polivalente, isto é, um espaço físico de construção simples, em formato de galpão, com cadeiras soltas, pequenas arquibancadas e equipamento sem qualquer sofisticação. Tudo deve ser facilmente removível para que o espaço permaneça livre e ganhe formas diversas e apropriadas ao evento que estiver se realizando. Este espaço precisa ser permanentemente aberto à comunidade para que a ação cultural possa envolvê-la e ganhar sua participação.

3.7 — Novas estratégias propostas:

Algumas Unidades da Federação apresentam também as diretrizes e estratégias que devem orientar o desenvolvimento cultural em um futuro próximo:

reconhecer o pluralismo cultural do Estado e possibilitar a emergência das manifestações as mais variadas de acordo com as realidades sócio-econômicas, políticas e ecológicas;

dar ao processo cultural um cunho de maior participação popular, deselitizando-o, e levar ao povo, principalmente àquele de menor poder aquisitivo, promoções culturais e de lazer que lhe sejam acessíveis tanto do lado financeiro quanto do lado de compreensão e apreensão cultural;

descentralizar as ações culturais visando a uma expansão que beneficie a produção do bem cultural;

reestruturar a organização da área cultural, não apenas como um fato administrativo, mas também político e principalmente cultural; conseqüentemente, esta reestruturação deve ter um caráter participativo e mobilizador;

desenvolver recursos humanos, capacitando-os para atuar na área da cultura;

utilizar mais amplamente a tecnologia de radiodifusão aproximando os órgãos oficiais e as comunidades na produção de bens culturais;

intensificar a interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes.

Houve, de maneira geral, uma tomada de consciência do papel da educação física e do desporto para o pleno desenvolvimento da pessoa, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento das habilidades corporais do indivíduo, sua coordenação motora e levando-o a uma vida mais saudável.

Alguns consideram a educação física de base como um direito fundamental de todo educando e como um recurso educativo importante para a aprendizagem cognitiva, percepto-motora e afetivo-social. Entendem que a atividade desportiva, como extensão da prática da educação física, é componente importante do lazer das populações.

Como problemas fundamentais foram identificados:

a falta de informação sobre a situação real da educação física e do desporto no Estado e no País;

escassez de espaços físicos adequados às atividades físicas e a não observância das disposições legais;

carência de recursos humanos especializados, aliada à insuficiência de recursos materiais e financeiros;

deficiência do processo de articulação com os demais órgãos estaduais responsáveis por atividades afins ao desporto e à educação física.

De modo geral, faz-se a distinção entre educação física e desporto como componente do currículo escolar obrigatório e como lazer e desporto comunitário. Nesta perspectiva, foram desenvolvidas seis linhas de ação:

- intensificação das atividades físicas, de lazer e de aperfeiçoamento corporal e estímulo às competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social;
- aperfeiçoamento do desporto de alto nível, sobretudo das modalidades olímpicas;
- desenvolvimento da educação física escolar e integração desta e do desporto no contexto da educação básica;
- valorização de recursos humanos que atuam na área de educação física e do desporto;
- utilização de tecnologias aplicadas à educação física e ao desporto;
- distribuição e utilização de espaços para a prática da educação física e do desporto.

4.1 - Lazer e desporto popular:

Neste particular, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

praias de verão;

colônias de férias;

programa "ginástica para todos" e "faça ginástica nos edifícios", esportes para todos;

travessias a nado;

pelada nacional da Copa;

• maratonas e passeios a pé, manhã de recreio, sábado alegre, ruas de lazer, projeto SOL;

• campeonato de futebol de salão e de mesa, handebol, voleibol, xadrez, pesca, pesca a linha, jogo de damas, dominó, papagaio de papel, corrida, jogo de peteca, passeio ciclístico, gincanas;

festivais de pandorga, de atletismo, de jogos, de esportes praianos; e

formação de grupos de ginástica rítmica; olimpíada comunitária, corrida do milhão, corre-corre lá coxia.

Algumas destas atividades foram desenvolvidas em vários estados e territórios e no Distrito Federal. Outras são peculiares a uma só Unidade da Federação. Em alguns casos, a mesma atividade recebe nomes distintos em várias partes do País.

4.2 — Aperfeiçoamento do desporto de alto nível:

Foram incluídos nesta linha de ação os esforços empreendidos no preparo de atletas para disputar competições e campeonatos, especialmente nas modalidades olímpicas. As competições e os campeonatos escolares a nível nacional e estadual foram também considerados.

Como maiores destaques os documentos-síntese mencionam:

realização de competições regulares no interior do Estado;

apoio a todas as Federações Desportivas do Estado nas suas competições estaduais e nacionais e apoio à criação de ligas desportivas nos municípios;

aprimoramento de equipes estudantis nas diversas modalidades de desporto e participação nos campeonatos escolares brasileiros; e

realização de cursos de alto nível para professores e técnicos em várias modalidades desportivas.

4.3 Integração da educação física e do desporto na educação básica:

Do ponto de vista da educação física e desporto como elemento obrigatório do currículo, constata-se um esforço para expandir e melhorar o atendimento ao 1º e 2º graus e de extensão destas iniciativas ao pré-escolar, especialmente em áreas de periferia dos grandes centros urbanos. Entre as ações realizadas, convém ressaltar:

elaboração de um programa de educação física escolar para o 1º grau;

construção e recuperação de quadras de esportes e de centros integrados de educação física;

realização de jogos, campeonatos, torneios e competições recreativas para alunos de 1º e 2º graus (CE, BA, RR, SE, RG e DF);

regularização das atividades relativas a exames médico-biométricos para escolares de 1º e 2º graus (PA e MA);

implantação do serviço de educação física para excepcionais;

criação de clubes escolares (BA, MA, AC, AL, SE);

participação efetiva em competições desportivas oficiais promovidas a nível nacional (MS, AL);

realização de pesquisas na área específica da educação física e medicina desportiva;

esforço de interiorização do desporto escolar e incentivo a atletas do interior, propiciando-lhes participação nas seleções estaduais (PE, RR, AL);

aquisição e distribuição às unidades escolares de material técnico-desportivo e elaboração de material técnico-didático para professores em todos os níveis de ensino (SO);

projeto "Laboratórios de educação física em escolas de 1º grau" com objetivo de realizar pesquisa experimental para verificar a contribuição das atividades físico-motoras no processo de aprendizagem dos alunos das primeiras séries do 1º grau (MG);

realização de diagnóstico da situação da educação física no Estado como subsídio à elaboração de programas específicos (MG);

apoio ao funcionamento de escolinhas ou centros de iniciação desportiva nas modalidades de atletismo, ginástica rítmica desportiva, handebol e voleibol (AM, DF);

elaboração de um regulamento para o ensino e prática da educação física e do desporto escolar (ES).

4.4 - Valorização de recursos humanos que atuam na área da educação física e do desporto:

Reconhece-se que a escassez de recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade, constitui um dos entraves a programas mais ambiciosos de implantação da educação física e do desporto no ensino de 1º e 2º graus e na pré-escola. As iniciativas neste campo são:

revisão do currículo do curso de formação para o magistério da educação física, de forma a implementá-lo no seu aspecto pedagógico e no seu conteúdo, especialmente no tocante ao desenvolvimento da psicomotricidade do educando (MT, RJ);

projeto de orientação pedagógica e difusão desportiva, tendo como objetivo informar, esclarecer e atualizar os professores da rede oficial e particular de ensino quan-

to ao conteúdo e à metodologia das atividades físicas a serem oferecidas; atendimento especial é dado aos professores do pré-escolar e do 1º segmento do 1º grau (RJ, MG, RR);

curso de treinamento para professores de educação física e agentes multiplicadores do desporto escolar (ES, AP, SE, AM, PI, RR);

curso de formação de árbitros de atletismo (SE, AM, RR);

participação de técnicos em encontros promovidos a nível nacional;

especialização de técnicos em treinamento e em administração esportiva a nível de pós-graduação (RR);

expansão do efetivo de professores de educação física (PE);

curso de licenciatura em educação física vinculada à Faculdade de Medicina (MA).

4.5 Utilização de tecnologias aplicadas à educação física e ao desporto:

Neste aspecto, a quase totalidade dos documentos-síntese é omissa. Apenas o Território do Amapá ressalta que a aplicação de tecnologia aplicada à educação física e ao desporto é inexistente no Território, que se ressentia da falta de equipamentos indispensáveis.

4.6 - Distribuição e utilização de espaços para a prática da educação física e do desporto:

Com relação a este tópico, percebe-se duas tendências complementares: a construção e o equipamento de novas instalações e um melhor aproveitamento da capacidade ociosa de instalações já existentes, mesmo que orientadas para outras finalidades.

As principais realizações neste setor são:

elaboração de diagnóstico dimensionando a capacidade física instalada no Estado para a educação física e o desporto (BA);

construção de quadras bivalentes e polivalentes, com e sem iluminação, quadras polivalentes cobertas, piscinas, salas de judô, campo de futebol, minipistas de atletismo, caixas de salto, pistas de atletismo oficial (DF, SE, PB);

construção e ampliação de centro esportivo para todas as modalidades desportivas e de recreação, ginásio de esporte, módulo esportivo, estádio de futebol (AP);

provimento e manutenção de material e equipamento necessários à prática da educação física e do desporto nas escolas oficiais (RJ, ES, AL);

construção de praças esportivas em conjuntos habitacionais (MA);

aproveitamento de espaços ociosos em instituições públicas e privadas para as práticas de educação física e do desporto, tanto de alunos do 1º e 2º graus como da comunidade em geral (PR, RN);

convênios com as prefeituras para a construção de quadras desportivas, ruas de lazer e jardins ambientais (PR, RN).

4.7 - Novas estratégias propostas:

Partindo de uma tomada de consciência da situação, vários estados propõem estratégias visando assegurar melhor os objetivos dos programas de educação física e do desporto. Algumas destas estratégias constituem medidas de ordem geral, outras dizem respeito aos tópicos específicos mencionados acima.

Entre as estratégias propostas pode-se destacar:

a necessidade de assegurar coerência entre a alocação de recursos e as proposições do III PSECD no tocante ao desporto;

a adoção de uma política descentralizada e participativa nesta área;

uma campanha nacional de conscientização sobre o valor e necessidade de prática de atividades físicas regulares através de programas de rádio e televisão, de palestras, de incentivo à rede industrial, comercial e bancária para que patrocinem atividades físicas de lazer;

a criação da disciplina Esportes para Todos nas escolas de educação física;

a concentração de esforços para realização de ações desportivas permanentes, diminuindo as ações isoladas e esporádicas;

a integração mais estreita entre os órgãos desportivos e destes com as escolas de educação física;

o aumento da taxa de dedução do imposto de renda para as empresas que promoverem financeiramente os desportos olímpicos;

a isenção da taxa de Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — para produtos e materiais desportivos;

a criação de taxas especiais de energia elétrica para instalações esportivas;

a centralização das informações sobre desportos para que se chegue a um sistema brasileiro de documentação e informação desportiva;

a criação e ampliação de laboratórios de psicologia do esforço e de musculação nas escolas de educação física;

o incentivo a pesquisas de material de baixo custo mais adequado à realidade nacional;

a regulamentação da profissão, de professor e de técnico em educação física, remunerando-os de acordo com seu grau de formação;

incentivo à criação de associações de professores de educação física e de Conselhos Regionais para fiscalizar e orientar as atividades dos profissionais da área;

a reserva de áreas livres de lazer, praças de esportes e galpões cobertos para a prática de educação física como medida obrigatória a ser incluída nos planos de habitação popular.

A maioria das Unidades da Federação empreendeu alguma atividade neste setor. Pode-se inferir, das informações apresentadas, que houve uma tomada de consciência da importância da educação física e do desporto como elemento obrigatório do currículo escolar e também como atividade a ser exercida por toda a população, seja no seu aspecto de lazer e recreação, seja como elemento fundamental para a saúde.

Os documentos-síntese relativos à educação superior não buscaram analisar a educação universitária em si mesma, mas abordá-la nas suas relações com o desenvolvimento social e econômico do país e da região, e focalizar sua contribuição à educação básica. Nesta perspectiva, procuraram eles examinar mais especificamente os recursos humanos e as tecnologias adequadas à realização desta estratégia de ação.

Em termos mais concretos, analisam estes documentos seis linhas principais de ação, a saber:

- atuação da universidade no sentido de responder adequadamente às necessidades da população, verificando dentro de que medida desenvolve programas sociais ou participa daqueles patrocinados pelo governo;
- elaboração e implementação de projetos de ciência e tecnologia voltados para o crescimento econômico do País;
- integração da universidade no contexto da educação básica através da pesquisa, assistência técnica e formação de pessoal, buscando solução aos principais desafios da educação no Brasil;
- valorização de recursos humanos que atuam na área de educação superior;
- utilização de tecnologias aplicadas à educação superior e seu papel na melhoria da qualidade dos serviços;
- articulação da universidade federal com as Secretarias estaduais e municipais de Educação, Cultura e Desporto.

Vários relatórios enfatizam que as atividades por eles apresentadas não constituem o universo das ações que estão sendo desenvolvidas, mas apenas uma amostra representativa. A seguir vêm relacionadas estas atividades de acordo com as seis linhas de ação acima indicadas.

5.1 - Atuação da universidade no desenvolvimento social:

Transparece, através dos documentos-síntese, que as universidades vêm empreendendo um esforço significativo voltado para o desenvolvimento social de comunidades locais e do conjunto da região. As atividades correspondentes a esta linha de ação vêm relacionadas de acordo com as diferentes áreas de atuação da universidade.

5.1.1- Área de saúde:

Nesta área, as universidades têm prestado todos os tipos de serviços médicos: atendimento a adultos, lactentes, escolares e gestantes; realização de pequenas cirurgias, partos, internamentos, campanhas de vacinação, construção de fossas, aquisição de filtros, exames e diagnósticos laboratoriais, exames clínicos complementares, consultas, treinamento sobre educação sanitária; orientação sobre medidas preventivas para evitar a proliferação de doenças parasitárias e conscientização sobre a importância das vacinas no controle das doenças trans-

missíveis. Em alguns casos, foi dada prioridade às populações de baixa renda, atendidas em convênio com o INAMPS (SP, GO, ES, PA, RG, PB, BA, AL, RN, CE, AC, SO).

Do ponto de vista odontológico, foram desenvolvidas as seguintes atividades: exames clínicos em crianças e adultos, aplicação tópica de flúor em escolares de 6 a 14 anos, exodontias e restaurações, campanha do creme e escova dental (RN, GO, SP, RG, SO).

As Faculdades de Ciências Farmacêuticas prestaram assistência a indivíduos carentes no campo das análises clínicas para diagnósticos laboratoriais, da distribuição de medicamentos industrializados e do aviamento de fórmulas magistrais (SP, RG).

A Escola Paulista de Medicina mantém um programa de saúde escolar urbana, efetuando em todos os estudantes de um grupo escolar, exames de clínica geral. Este Instituto de ensino superior desenvolve ainda programa de assistência médica a comunidades específicas e ao Parque Nacional do Xingu. Outras atividades da Escola incluem: assistência a postos de puericultura e centros comunitários de proteção à saúde, programas de saúde mental com assistência psiquiátrica preventiva.

A Universidade Federal de São Carlos promove os seguintes programas nesta área: serviços de terapia ocupacional em centros urbanos, serviços de fisioterapia, estudo de variáveis que interferem em peso e estatura da criança em idade escolar, atividades expressivas com deficientes mentais, serviços de enfermagem junto ao Hospital Psiquiátrico, serviço universitário de saúde para atendimento médico aos alunos e seus dependentes.

Com a participação de alunos de medicina, enfermagem, farmácia e bioquímica, a Universidade Estadual de Londrina realiza um programa de controle pré-natal a gestantes, além de assistência no período de parto e pós-parto. A Universidade Federal do Paraná conduz um projeto de pesquisa de nova droga no trabalho da neuro-cisticercose, doença endêmica na região Centro Sul do Brasil.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de estudantes da Faculdade de Medicina, realiza trabalhos de pesquisa abordando os seguintes temas: causas de mortalidade nos primeiros cinco anos de vida, desnutrição, automedicação, prevalência de doenças mentais, incidência de verminose em relação às condições de moradia.

5.1.2— Área de arte e comunicação social:

Nesta área são sintetizadas as realizações referentes às atividades artísticas, recreativas, bem como à utilização dos meios de comunicação social. Nesta perspectiva, foram promovidas apresentações de orquestras sinfônicas, corais, emissões de rádio, grupos teatrais, programas de TV-educativa, ciclos de conferências e mesas-redondas de caráter interdisciplinar.

Grupos de artes plásticas promoveram a criação de centros de arte, cursos e exposições enquanto que grupos de música ofereceram cursos de orientação musical, composição e regência, linguagem musical, etc...

Os grupos de cinema e de fotografia ministraram cursos de estudos cinematográficos, programação visual, e deram assistência técnica à criação de cine-clubes. Foram dados, ainda, cursos de extensão universitária nos campos de cultura popular e teatro e patrocinada a vinda ao Brasil de especialistas em quase todos os setores artísticos, para pronunciar palestras, conferências, ou participar de atividade afins. Foram desenvolvidas pesquisas sobre a manifestação popular no campo da comunicação e expressão artística e organizadas feiras de livro e feiras de ciências.

5.1.3- Área de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade:

Várias universidades mantém campi avançados que propiciam aos alunos, aprendizado prático, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sócio-econômico das localidades onde atuam. Além disso, têm buscado realizar um trabalho de desenvolvimento sócio-econômico junto a municípios e comunidades locais que se encontram dentro de sua área de influência. Com respeito a esta linha de ação podem ser mencionadas as seguintes realizações:

levantamento da mobilidade de mão-de-obra com identificação da origem e destino da mão-de-obra empregada e desempregada (PR);

análise dos mecanismos de adesão e participação em cooperativas por parte dos agricultores;

- trabalho de extensão junto a comunidades, buscando o auto-desenvolvimento das populações locais através de uma ação integrada das três funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão (RS, SO);

desenvolvimento do Programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC);

manutenção de cooperativa habitacional (PB);

levantamento cadastral do acervo histórico, arquitetônico e cultural de cidades dotadas deste tipo de patrimônio (SO);

- programas de atendimento sócio-jurídico as comunidades;

atividades de extensão universitária nas áreas de: agropecuária, economia doméstica, industrialização de alimentos, artesanato, biblioteconomia, comunicação, integração universidade-empresa, hortigranjeiros, ecologia e recursos naturais; cursos preparados de acordo com a metodologia da Universidade Aberta (UnB);

atividades de pesquisa para apoio às comunidades nas áreas de: geografia, mineralogia, petrologia, hidráulica, medicina, farmácia, veterinária, análises meteorológicas e plantas medicinais.

Verifica-se, pois, uma tendência crescente das instituições de ensino superior de orientar-se para atividades de pesquisa e extensão mais adequadas às necessidades das regiões onde atuam ou onde se localizam seus campi avançados. Algumas universidades de criação mais recente não podem ainda relatar intensa atuação nesta perspectiva, mas os programas elaborados para o futuro próximo perfilam-se inteiramente nesta linha. Da mesma forma, os currículos do ensino superior paulatinamente recebem um conteúdo que reflete mais adequadamente a problemática da área a que se destinam os profissionais graduados nestas universidades.

5.2- Participação no crescimento econômico em termos tecnológicos:

Esta linha de atuação tem recebido atenção crescente dos setores universitários mais diretamente a ela ligados. Seria longo apresentar uma listagem completa de todas as iniciativas que vêm sendo tomadas no sentido de atender a esta preocupação. A seguir, vêm relacionadas apenas algumas atividades mais representativas:

detalhamento de projetos hidráulicos de usinas hidrelétricas;

levantamento geodésico por triangulação no nordeste do Brasil; estudo do arrasto elétrico no movimento de satélites artificiais;

novo método de avaliação de carvões ativados para classificação de soluções de açúcares;

construção de transdutores de carga com indicador digital;

pesquisa na área de fadiga de eixos para fins ferroviário*;

registrador de carga para veículos de transporte;

estudos de solo através de raios gama;

estudo do comportamento de diversos tipos de grãos (cereais) em um sistema de secagem solar em leito fluidizado;

construção de um protótipo de bomba solar para irrigação;

pesquisa para substituição gradativa de leite de vaca pelo leite de soja com adição de 10 a 20% de gordura de coco;

estudo epidemiológico da doença de Chagas;

estudo geológico e geotécnico da formação Caiuá no nordeste do Estado do Paraná;

tecnologia avançada para conversão do amido em álcool;

influência de serviços bibliotecários sobre a produtividade científica universitária;

produção de materiais de baixo custo para construir habitações para população de baixa renda;

pesquisa de biologia marinha para instrumentar a prática biológica;

desenvolvimento de microcomputadores;

tecnologia do processamento de tântalo metálico;

plástico sintetizado a partir do óleo de coco;

avaliação nutricional dos subprodutos da vagem de algaroba para consumo humano;

emprego da algaroba e da mandioca na alimentação de bovinos em regime de confinamento na seca;

pesquisas com objetivo de gerar e desenvolver tecnologias do látex: formação de um banco de germoplasma de material genético com caracteres de produtividade, e formação de jardins locais para selecionar indivíduos com maior resistência a pragas e enfermidades;

ensaios de adubação e controle de enfermidade em olericultura;

métodos em laboratório para avaliação de fósforo disponível no solo;

- desenvolvimento de tecnologia própria para aproveitamento de produtos de origem vegetal e animal na Amazônia;

extração e análise físico-química de óleos essenciais de plantas nativas da Amazônia como fonte não convencional de energia, solventes, aromas, insumos para indústria química, farmacêutica e cosmética;

montagem de microdestilaria de álcool carburante visando o desenvolvimento de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

pesquisa para reconhecimento e aproveitamento dos recursos do mar nos seus aspectos físico, químico, geológico e biológico;

estudos biológicos, efeitos da poluição e seu controle para proteção de recursos pesqueiros;

desenvolvimento de processos de industrialização do pescado,

desenvolvimento de fontes alternativas de energia (solar, eólica, biomassa, térmica e eletroquímica);

técnicas de combate à desertificação do nordeste semi-árido;

técnicas de tratamento de couro;

implantação de usina piloto de Scheelita;

- desenvolvimento de projetos visando o aproveitamento da casca de babaçu;

implantação de digestor anaeróbio;

desenvolvimento de computadores nacionais, sistemas de comunicação em auto-estradas, sistema de centrais telefônicas digitais, de ventilação para túneis de metrô; baterias para carro elétrico; experiências de uso de gásogênio para carros;

- estudo de hélices e cascos de navio, de modelos de portos e barragens;

pesquisa sobre o plasma e fusão nuclear; sobre emprego de raios ultravioletas na desinfecção de águas para abastecimento;

levantamento de mapas geológicos;

criação de instrumentos biomédicos com tecnologia puramente nacional;

geração de tecnologia em comunicações óticas, em lasers industriais e em metalurgia de Nióbio, inclusive com assessoria para montagem de planta-piloto industrial;

estudo visando maximizar a produtividade biológica e econômica da cana-de-açúcar;

programa de genética do milho buscando obter material mais apropriado para alimentação infantil; e

estudo epidemiológico para descobrir medidas de Profilaxia da esquistossomose mansônica.

Apesar da variedade de campos de pesquisa representados nesta amostra, os estudos aqui mencionados são apenas ilustrativos no caso de algumas universidades com maior concentração na área tecnológica. Assim o documento da USP menciona que esta universidade desenvolve no momento cerca de 6 mil projetos de pesquisa, a maioria dos quais voltados para relevantes problemas na área energética, de transportes, comunicação, saúde, etc.

5.3 - Integração da universidade no contexto da educação básica através da pesquisa, assistência técnica e formação de pessoal.

Esta é a linha de ação mais amplamente abordada pelos documentos-síntese de quase todas as Unidades da Federação. Algumas instituições de ensino superior vêm desenvolvendo projetos de pesquisa nesta área. Todas, porém, mencionam realizações no tocante à formação de pessoal e assistência técnica.

Entre os projetos de pesquisa, convém destacar:

estudos sobre avaliação de desempenho e busca de alternativas para melhoria de qualidade de ensino abrangendo o pré-escolar, 1º e 2º graus, supletivo e educação especial;

desenvolvimento do uso de microcomputadores na educação básica;

estudo sobre a comunicação lingüística no meio rural;

pesquisa sobre adolescência e cultura (expectativas, valores e protestos);

estudo da noção de conservação entre crianças de 1ª série do 1º grau provenientes de diferentes níveis sócio-econômico-culturais, egressas e não-egressas de classes de pré-escolarização;

análise das condições de operacionalização das atividades de educação físicas nas séries iniciais do 1º grau;

estudo sobre julgamento moral de crianças escolarizadas e não-escolarizadas;

análise de fatores sócio-culturais e comportamento lingüístico de crianças de 1º grau;

estudo sobre distribuição da renda e educação no Brasil;

caracterização das necessidades, problemas e sugestões de soluções alternativas para a educação nas diversas regiões do Estado;

elaboração de material didático adaptado à realidade local;

avaliação do impacto do Programa de Educação Básica no Nordeste Brasileiro;

pesquisas sobre educação em periferia urbana e educação rural;

análise da influência da educação formal no exôdo rural;

diagnóstico do desenvolvimento cognitivo de pré-escolares de classe sócio-econômica baixa e média, com vistas à elaboração de proposta de atividades curriculares;

estudo comparativo de dois casos extremos dos fatores intra-escolares responsáveis por uma alta ou baixa produtividade escolar;

estudo de fatores ambientais que interferem no rendimento escolar da 1º série do 1º grau decorrentes do baixo nível sócio-econômico;

pesquisas sobre as causas da evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau;

estudo dos fatores que interferem na freqüência escolar em áreas periféricas;

análise dos fatores que influem no engajamento de egressos de 2º grau no mercado de trabalho;

estudo sobre a resistência do professor às mudanças de metodologia;

estudo sobre o professorado leigo no interior;

análise das correlações entre a escola, o professor e o insucesso escolar e a criança culturalmente marginalizada;

estudo sobre a relação entre a capacidade de aprender e a idade cronológica.

Com respeito à formação de pessoal e assistência técnica são mencionadas as seguintes atividades:

projetos de atualização de docentes de disciplinas profissionalizantes para o magistério de 2º grau em técnicas e procedimentos didáticos;

aperfeiçoamento em arte/educação de professores do ensino de 1º grau;

treinamento de docentes em comunicação e expressão, em ciências e matemáticas, em alfabetização;

treinamento de orientadores da supervisão docente, de professores unidocentes;

formação de professores leigos na área de habilitações profissionais;

assistência técnica a estabelecimentos de ensino pré-escolar nas periferias urbanas e a classes especiais de alunos com deficiências;

atualização em língua portuguesa para professores da rede estadual de ensino;

curso sobre atividades extracurriculares nas escolas;

treinamento de professores do meio rural;

aperfeiçoamento do processo de definição de necessidade de capacitação de recursos humanos para o sistema oficial de ensino de 2º grau;

curso de reciclagem para monitores do ensino supletivo.

Além destas atividades de pesquisa, de formação de pessoal e de assistência técnica, convém lembrar que as instituições de ensino superior exercem uma atuação através de estágios orientados para treinamento dos alunos que se preparam para a carreira de magistério. Especialmente na área de pesquisa o espectro de iniciativas é bem mais amplo do que a amostra apresentada. Assim, por exemplo, a Universidade Federal de São Carlos, através do seu Centro de Educação e Ciências Humanas, está conduzindo 85 projetos de pesquisa educacional nas seguintes áreas: educação de adultos; história da educação no Brasil; a criança especial; formação e prática profissional de professores de 1º e 2º graus; educação rural; função supervisora no ensino de 1º grau; universidade e mercado de trabalho; estado, sociedade e educação; orientação educacional e administração escolar; educação permanente; pré-escola.

5.4 Valorização de recursos humanos que atuam na área de educação superior:

Em várias Unidades da Federação as instituições de ensino superior mantêm cursos de pós-graduação, principalmente a nível de mestrado, e de doutorado, com objetivo primordial de formar docentes e pesquisadores para os quadros universitários. Proporcionam igualmente condições para que seus professores possam aperfeiçoar-se no exterior ou em outras instituições brasileiras em cursos de pós-graduação e estágios de pós-doutorado. Deve-se ainda lembrar a participação de docentes universitários em simpósios, conferências, seminários nacionais e internacionais. Além dessas atividades de cunho mais geral, convém salientar algumas iniciativas mais específicas, mencionadas a seguir:

treinamento com objetivo de aperfeiçoar docentes para desenvolverem programas de tecnologia educacional aplicada aos sistemas de ensino de 1º, 2º e 3º graus;

concessão de bolsas para formação de docentes e não-docentes a nível de mestrado e doutorado com vistas a melhorar e expandir as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

elaboração de um programa com normas específicas para capacitação de docentes de 3º grau;

realização de programa de reciclagem para o corpo docente de 3º grau;

elaboração do Estatuto do Magistério Superior; e

incentivo à adoção do regime de dedicação exclusiva.

5.5 - Utilização de tecnologias aplicadas á educação superior:

Nesta linha de ação, os documentos-síntese mencionam poucas referências. A implantação de laboratórios nos diversos campos da pesquisa científica e tecnológica e a utilização dos meios de comunicação social no ensino de 3º grau são praticamente os dois únicos tipos de atividades relatadas nestes documentos. Algumas Unidades da Federação incluem, neste particular, a utilização de tecnologias para treinamento de professores do 1º e 2º graus ou para o desenvolvimento de ações comunitárias.

5.6 — Articulação da universidade federal com as Secretarias estaduais e municipais de Educação, Cultura e Desporto:

Um esforço de articulação está presente em quase todas as Unidades da Federação. A celebração e implementação de convênios é o instrumento mais comumente utilizado para esta articulação. Estes convênios são firmados não apenas com as Secretarias de Educação mas também com as Secretarias de Agricultura, Indústria e Comércio, Saúde, Planejamento;

existem numerosos convênios com Prefeituras, órgãos regionais e federais, tais como: EMBRAPA, Projeto Rondon, EMATER, CENAFOR, FUNARTE, SUDAM, SUDENE, SUDEPE, SUBIN, CNPq, CAPES, PREMEN, INAMPS, FUNRURAL, FENAME, MOBRAL.

Algumas apontam que a maior dificuldade para esta articulação é a falta de uma política definida a partir do reconhecimento e escalonamento de necessidades, da consciência destas necessidades e do valor da articulação como um dos instrumentos indispensáveis na definição e condução desta política.

5.7 - Novas estratégias propostas:

As novas estratégias propostas de uma maneira geral visam ampliar e consolidar a orientação já posta em prática em muitas Unidades de Federação, isto é, levar as instituições de ensino superior a assumir cada vez mais o seu papel no processo de desenvolvimento regional, procurando ao mesmo tempo responder aos desafios e necessidades das comunidades locais.

Uma outra orientação que ressalta das novas estratégias propostas é a necessidade de desenvolver a atividade universitária dentro da visão sistêmica da educação, integrando a pesquisa, o ensino e a extensão com os outros níveis de ensino e com o desenvolvimento regional e local.

Dentro destas perspectivas, as instituições de ensino superior, além de consolidar as atividades em andamento, propõem-se a criar condições para suscitar novas iniciativas e um esforço mais amplo de cooperação com todas as instituições voltadas para a consecução dos objetivos e implementação das prioridades estabelecidas pelo III PSECD.

ANEXO

SIGLAS USADAS

SIGLAS USADAS

CAPES	— Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENAFOR	— Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
CNPq	— Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico
EDURURAL-NE	— Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste
EMATER	— Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	— Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FENAME	— Fundação Nacional de Material Escolar
FUNARTE	— Fundação Nacional de Arte
FUNRURAL	— Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
INAMPS	— Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
MOBRAL	— Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
POLONORDESTE	— Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PREMEN	— Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PRODIARTE	— Programa de Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação
PROJETO RONDON	— Fundação Projeto Rondon
PROMUNICÍPIO	— Projeto de Coordenação e Assistência Técnica do Ensino Municipal
PRONASEC	— Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural
SEC	— Secretaria de Educação e Cultura
SEEC	— Secretaria Estadual de Educação e Cultura
SPHAN	— Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUBIN	— Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
SUDAM	— Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	— Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE	— Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
III PSECD	— III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)